Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

POÉTICAS NEGRAS DO CORPO-TERRITÓRIO EM *TORTO ARADO* E *CHUPIM*

MARIA APARECIDA CRUZ DE OLIVEIRA (UFBA)

Professora de Literatura na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Literatura (2019) pela Universidade de Brasília. É organizadora do livro *Ana Maria Gonçalves: antologia crítica* (2020), autora do livro M*eninas negras no romance afrobrasileiro* (2021) e autora do livro *Conceição Evaristo: infância como território* político (2026).
E-mail: maricruzdeoliveira@gmail.com.

RESUMO

Este artigo analisa as obras *Torto Arado* (2019) e *Chupim* (2024), de Itamar Vieira Junior, a partir de uma leitura situada no campo das letras negras contemporâneas brasileiras, em interlocução com pensamento quilombola, indígena e contracolonial. Parte-se da hipótese de que ambas as narrativas elaboram uma crítica ético-estética à racionalidade colonial ao encenar disputas em torno do território, do trabalho e dos modos de existência negra vinculados à terra. Em *Torto Arado*, a experiência histórica de comunidades quilombolas evidencia processos de expropriação, racialização e precarização que reorganizam a relação entre corpo, trabalho e pertencimento. Em *Chupim*, essa lógica é reinscrita em chave simbólica pela construção da categoria "gente-chupim", dispositivo discursivo que converte trabalhadores em corpos excedentes e ilegítimos. O artigo sustenta que as duas obras produzem uma inversão crítica dessa lógica ao reinscrever a terra não como recurso, mas como dimensão constitutiva da existência coletiva, formulando uma poética do corpo-território. A análise articula leitura literária e aportes teóricos de Abdias do Nascimento (1980), Antônio Bispo dos Santos (2023) e Ailton Krenak (2019), evidenciando como a literatura negra contemporânea não apenas representa experiências históricas de violência e expropriação, mas tensiona regimes de linguagem e percepção, forjando outras inteligibilidades para a existência negra no espaço rural brasileiro.

Palavras-chaves: *Chupim*, *Torto Arado*, Itamar Vieira Junior, quilombismo, corpo-território.

ABSTRACT

This article analyzes the books *Torto Arado* (2019) and *Chupim* (2024), by Itamar Vieira Junior, through a perspective situated within the field of contemporary Brazilian Black literature, in dialogue with quilombola, Indigenous, and countercolonial thought. It starts from the hypothesis that both narratives articulate an ethical-aesthetic critique of colonial rationality by staging disputes over territory, labor, and Black modes of existence connected to the land. In *Torto Arado*, the historical experience of quilombola communities reveals processes of expropriation, racialization, and precarization that reorganize the relationship between body, labor, and belonging. In *Chupim*, this logic is reinscribed on a symbolic level through the construction of the category "chupim people," a discursive device that turns workers into surplus and illegitimate bodies. The article argues that both works produce a critical inversion of this logic by reinscribing the land not as a resource, but as a constitutive dimension of collective existence, articulating a poetics of the body-territory. The analysis combines literary reading with theoretical contributions from Abdias do Nascimento (1980), Antônio Bispo dos Santos (2023), and Ailton Krenak (2019), demonstrating how contemporary Black literature not only represents historical experiences of violence and expropriation, but also challenges regimes of language and perception, forging alternative ways of understanding Black existence in rural Brazil.

Keywords: *Chupim*, *Torto Arado*, Itamar Vieira Junior, quilombismo, body-territory.

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

Introdução

A literatura negra contemporânea brasileira tem produzido deslocamentos significativos no campo literário ao reinscrever experiências historicamente marginalizadas não apenas como matéria temática, mas como fundamento de reorganização estética, política e epistemológica da narrativa. Nesse contexto, as obras de Itamar Vieira Junior ocupam lugar relevante ao mobilizar experiências quilombolas, regimes de racialização e conflitos em torno da terra como operadores de reflexão sobre pertencimento, memória e modos de existência negra vinculados ao território.

Mais do que tematizar desigualdade social ou exploração do trabalho rural, *Torto Arado* (2019) e *Chupim* (2024) elaboram uma crítica à racionalidade colonial que transforma sujeitos negros e quilombolas em corpos disponíveis à exploração, ao deslocamento e à descartabilidade. Nessas obras, a disputa pela terra não se restringe à dimensão econômica ou jurídica, mas articula-se à produção de regimes de linguagem e percepção que definem quem pode ser reconhecido como pertencente ao território e quem pode ser nomeado como invasor, excedente ou parasita.

Ao inserir essas obras no campo das letras negras contemporâneas brasileiras, este artigo propõe uma leitura em interlocução com pensamento quilombola, indígena e contracolonial, especialmente a partir de Abdias do Nascimento (1980), Antônio Bispo dos Santos (2023) e Ailton Krenak (2019). Interessa compreender de que modo tais narrativas não apenas representam experiências históricas de expropriação e racialização, mas produzem formas próprias de inteligibilidade da experiência negra rural, tensionando categorias como trabalho, pertencimento, invasão e território.

Na orelha do livro *Chupim* (2024), espaço paratextual que tradicionalmente apresenta a obra ao leitor, insere-se um trecho de *Torto Arado* (2019), também de Itamar Vieira Junior: “Chupim engana, é matreiro e preguiçoso. Come o arroz que a gente planta — ouvíamos falar —, gosta de coisa pronta. Não trabalha pelo seu grão”. Tal escolha não se configura como mero recurso editorial, mas como uma estratégia de orientação da leitura, na medida em que convoca uma obra para ler a outra, estabelecendo entre elas um campo comum de problematização. Para compreender esse procedimento, recorre-se à noção de paratexto desenvolvida por Gérard Genette (2009). Nas palavras do teórico:

> A obra literária consiste, exaustiva ou essencialmente, num texto, isto é (definição mínima), numa sequência mais ou menos longa de enunciados verbais mais ou menos cheios de significação. Contudo, esse texto raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro. Esse acompanhamento, de extensão e conduta variáveis, constitui o que em outro lugar batizei de

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

> paratexto da obra. [...] Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um limiar, ou — expressão de Borges ao falar de um prefácio — de um "vestíbulo", que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder (Genette, 2009, p. 9-10).

Aproveitando essas considerações à orelha de Chupim (2024), percebe-se que o trecho de Torto Arado ali impresso não é um acaso. Ele atua como um limiar interpretativo que não apenas aproxima as duas obras, mas antecipa um regime de nomeação que será central à leitura: a construção de figuras discursivas que classificam determinados corpos como improdutivos, parasitários ou excedentes. A caracterização do chupim como "preguiçoso" e "ladrão" não se esgota na descrição do animal, mas enuncia uma lógica de linguagem que produz sujeitos como ilegítimos em relação ao território. O que a orelha antecipa, portanto, é um verdadeiro programa crítico: as duas obras podem ser lidas em conjunto como operações estéticas que expõem e tensionam os mecanismos simbólicos de despossessão daqueles que, paradoxalmente, cuidam do território.

É nesse ponto que se pode introduzir a noção de "gente-chupim" não apenas como expressão narrativa, mas como dispositivo discursivo de produção de descartabilidade. Trata-se de uma forma de nomeação que não descreve um grupo social previamente dado, mas o constitui como excesso, isto é, como aquilo que pode ser deslocado sem prejuízo para a ordem produtiva. Ao operar por meio da linguagem, esse dispositivo não apenas classifica, mas organiza a percepção do mundo social, definindo quem pertence, quem é tolerado e quem pode ser eliminado.

A análise do paratexto, nesse sentido, não funciona apenas como justificativa metodológica para a leitura conjunta das obras, mas como ponto de entrada para compreender o modo como a linguagem participa da produção dessas hierarquias. O centro da investigação desloca-se, assim, para a forma como Torto Arado (2019) e Chupim (2024) constroem, tensionam e, em determinados momentos, desestabilizam essas operações de nomeação.

Esse deslocamento torna-se mais evidente quando se observa que, em Chupim (2024), a própria narrativa introduz uma fratura nesse regime discursivo por meio da experiência de Julim. A infância, nesse contexto, não aparece como tema ou etapa da vida, mas como posição de enunciação capaz de desorganizar a lógica que associa valor, trabalho e pertencimento. Se, inicialmente, o pássaro é apresentado pela perspectiva adultocêntrica como "bicho preguiçoso" que "come todo nosso trabalho e vai simbora" (Vieira Junior, 2024, p. 16), a narrativa progressivamente desloca essa leitura ao inscrever o menino em uma relação de continuidade com o ambiente ("voando pelo caminho você mais parece um chupim").

Não se trata, portanto, de uma simples oposição entre olhar infantil e olhar adulto, mas de uma reconfiguração do próprio modo de perceber o território. Ao recusar a equivalência entre produção e

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

legitimidade, a experiência da criança introduz uma outra lógica de relação com a terra, baseada não na apropriação, mas na coexistência.

A partir de uma abordagem interpretativa que articula análise literária aos aportes de Ailton Krenak (2019), Antônio Bispo dos Santos (2023) e Abdias do Nascimento (1980), o artigo sustenta que essas narrativas não apenas tematizam a exploração de trabalhadores rurais, mas expõem e tensionam os modos pelos quais a relação com a terra é construída, nomeada e legitimada. Ao fazê-lo, evidenciam o conflito entre, de um lado, uma lógica que reduz o território a recurso e os corpos a força de trabalho e, de outro, formas de existência que articulam pertencimento, memória e continuidade da vida.

A análise que segue desenvolve essa intertextualidade em três movimentos. Primeiro, demonstra-se como a categoria "gente-chupim" opera como dispositivo de inversão colonial, transformando trabalhadores em invasores e legitimando sua exclusão. Em seguida, examina-se como a experiência de Julim tensiona esse regime de nomeação ao reconfigurar a relação entre corpo e território. Por fim, apresenta-se uma leitura comparada entre *Chupim* (2024) e *Torto Arado* (2019), evidenciando que a criminalização do pertencimento constitui um mecanismo recorrente que atravessa diferentes momentos da vida, da infância à experiência adulta, revelando a persistência de formas de expropriação que se atualizam na linguagem e na organização do mundo social.

"Gente-chupim": dispositivo de inversão colonial

Apesar de catalogado como literatura infantil, categoria que define seu público-alvo principal, *Chupim* (2024), de Itamar Vieira Junior, é um daqueles livros que inclui a criança sem excluir o adolescente e o adulto. Sua narrativa em prosa poética (ou em versos livres narrativos), as ilustrações integradas e, sobretudo, a elaboração crítica da violência colonial operam em múltiplas camadas. O leitor adulto, especialmente aquele que conhece *Torto Arado* (2019), acessa sentidos que uma criança pode não captar inteiramente, mas pode experimentar no plano sensível, como a percepção da injustiça, o desamparo dos trabalhadores, a beleza de um campo que não se reduz à lógica da propriedade e a tensão entre abundância natural e escassez socialmente produzida. Nesse sentido, *Chupim* (2024) não se limita a um destinatário etário, mas constrói uma interlocução complexa, na qual a infância funciona como ponto de entrada para questões estruturais, ou seja, constrói-se uma interlocução ampliada, na qual a infância funciona como operador de leitura e não como limitação temática.

É nesse contexto narrativo e simbólico que emerge a expressão "gente-chupim", apresentada na narrativa para designar trabalhadores rurais que, ao término da colheita, deixam de ser necessários ao sistema produtivo. No entanto, reduzir essa expressão a uma simples nomeação social seria insuficiente. "Gente-chupim" opera, mais precisamente, como um dispositivo discursivo de inversão colonial: uma forma de linguagem que desloca a posição do explorado para o lugar do invasor, ao mesmo tem-

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

po em que naturaliza a presença daquele que explora. Trata-se, portanto, de uma categoria que não descreve um grupo previamente dado, mas o produz como excedente, isto é, como aquilo que pode ser descartado sem comprometer a ordem produtiva.

Essa operação não se limita ao nível temático, mas se realiza no próprio funcionamento da linguagem. Ao nomear, ela institui uma hierarquia: define quem pertence ao território e quem deve ser expulso dele. Nesse sentido, a categoria discursiva "gente-chupim" não descreve uma condição empírica, mas opera como mecanismo de desqualificação, inscrevendo esses sujeitos no campo do descartável.

A construção dessa categoria discursiva no plano da narrativa encontra ressonância no pensamento de Ailton Krenak, especialmente em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), no qual o autor identifica a produção de uma "sub-humanidade" associada àqueles que mantêm vínculos não extrativistas com o território:

> Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade. [...] Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra" (Krenak, 2019, p. 12-13).

As ideias de Krenak explicitam o funcionamento de uma racionalidade que transforma modos de vida baseados na relação com o território em sinais de atraso ou improdutividade. Em *Chupim*, essa racionalidade não aparece como conceito abstrato, mas como prática de linguagem incorporada ao cotidiano, materializando-se na fala do pai de Julim, quando o pássaro é nomeado como agente de prejuízo:

> "Chupim é bicho preguiçoso", o pai
> se queixava, e as crianças agitavam
> seus galhos. "Çhupim come todo
> nosso trabalho e vai simbora" (Vieira Junior, 2024, p. 16).

Aqui, a linguagem não apenas descreve o pássaro: ela organiza o campo do visível e do dizível. A nomeação do chupim como "preguiçoso" e "ladrão" produz um efeito de evidência, como se a improdutividade fosse uma característica natural e não uma atribuição discursiva. Nesse regime, tanto o pássaro quanto os trabalhadores passam a ocupar o lugar do excesso, isto é, daquilo que pode ser eliminado sem prejuízo para a ordem produtiva. A acusação de improdutividade, portanto, não descreve uma realidade objetiva, mas produz um efeito político: legitima a exclusão daqueles que não se conformam à lógica da propriedade e do rendimento.

Para Krenak, essa operação discursiva só se sustenta porque a modernidade rompeu a possibilidade de reconhecer a Terra como sujeito de relação. Quando o território deixa de ser compreendido como

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

instância viva e passa a ser reduzido a recurso, torna-se possível classificá-lo e explorá-lo sem restrições. Trata-se, portanto, de uma humanidade que já não reconhece os vínculos de parentesco com o mundo vivo, incapaz de perceber que o rio, a terra e os outros seres participam de uma mesma rede de existência: "essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô" (Krenak, 2019, p. 26). Essa compreensão se desdobra em outras passagens do autor, que aprofundam a crítica à redução da terra a recurso:

> O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo [...] (Krenak, 2019, p. 40).

> O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais - sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros -, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza" (Krenak, 2019, p. 41).

> Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos (krenak, 2019, p. 49-50).

Essa crítica é aprofundada por Antônio Bispo dos Santos em A terra dá, a terra quer (2023), obra na qual o autor apresenta a noção de **"biointeração"** para designar modos de existência fundados na convivência e na reciprocidade. Para o autor, os modos de vida quilombolas não se organizam pela exploração da terra, mas por relações de biointeração (Santos, 2023, p. 3) e compartilhamento. O texto é, portanto, a defesa de uma inversão da lógica colonial: em vez de uso e extração, instauram-se práticas de convivência e reciprocidade que sustentam a vida. Nessa perspectiva, o território deixa de ser concebido como recurso e passa a ser compreendido como espaço de vínculo e compromisso:

> A humanidade se desconectou da natureza exatamente por ter cometido o pecado original [...] Essa desconexão é um efeito da cosmofobia" (Santos, 2023, p. 8–9).

> A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas (Santos, 2023, p.18).

> Enquanto eu arava a terra, o meu tio-avô me dizia: "O boi não precisa trabalhar para comer, é você quem precisa do boi, então peça por favor em vez de gritar para obrigá-lo!". O boi pode fazer ou não, mas insista e argumente sem ser violento (Santos, 2023 p. 54).

A partir dessa perspectiva, a classificação do chupim como parasita revela menos sobre o pássaro e

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

mais sobre a base do pensamento que o nomeia. Trata-se de uma forma de racionalidade que reconhece apenas relações mediadas pela produtividade e pela posse, desqualificando formas de coexistência que escapam a esse modelo.

Nesse sentido, Chupim (2024), apresenta a denúncia de uma falácia colonial que opera por meio de uma inversão acusatória: aqueles que mantêm relações de cuidado e continuidade com o território são nomeados como invasores, enquanto a lógica que cerca, explora e extrai se apresenta como legítima. Ao reinscrever essa lógica no plano da linguagem e da narrativa, a obra não apenas a expõe, mas a desestabiliza.

É precisamente nesse ponto que a presença da infância adquire densidade teórica mais aguda. Se o dispositivo "gente-chupim" organiza a percepção ao produzir o trabalhador como excedente, a experiência de Julim introduz uma fratura nesse regime de nomeação. Ao não aderir imediatamente à lógica que associa valor à produtividade, a criança não apenas "vê diferente", mas suspende o próprio funcionamento do dispositivo. A categoria "chupim", que no discurso adulto opera como acusação, torna-se, na experiência infantil, um ponto de indeterminação, aberto à reconfiguração.

À luz dessas elaborações teóricas, a categoria discursiva "gente-chupim" pode ser compreendida como mecanismo simbólico que transforma trabalhadores em resíduos de um sistema que os mobiliza apenas enquanto sua força de trabalho é útil. No entanto, ao deslocar o foco para a experiência de Julim, a narrativa evidencia que esse dispositivo não é absoluto: ele pode ser tensionado, reconfigurado e, em certa medida, desativado. É nesse deslocamento que se abre a possibilidade de imaginar outras formas de relação entre corpo, território e vida, não mais mediadas exclusivamente pela lógica da exploração.

Menino, "você mais parece um chupim"

Como já mencionado na seção anterior, a narrativa de Chupim (2024) opera um deslocamento crítico por meio do olhar da criança Julim, cuja percepção do mundo tensiona a leitura adultocêntrica e produtivista da terra. Esse deslocamento não é apenas temático, mas epistemológico, e se constrói a partir da experiência sensível do personagem, que, ao observar os pássaros, passa a questionar a lógica que os define como ameaça ou praga.

Nesse sentido, a sabedoria da comunidade quilombola, tal como formulada por Antônio Bispo dos Santos em A terra dá, a terra quer (2023), oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender essa relação: "minha avó dizia que, assim como o melhor lugar para guardar o peixe é o rio, o melhor lugar para se guardar as raízes da mandioca é debaixo da terra" (Santos, 2023, p. 55). Essa cosmologia evidencia uma lógica de pertencimento e adequação, na qual cada ser tem seu lugar

Revista de Literatura Negra Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

no mundo não por imposição, mas por relação. É precisamente essa perspectiva que se manifesta na experiência de Julim, ao perceber que os chupins participam do equilíbrio do território. Ao observar o movimento dos pássaros, o menino reconhece uma dinâmica que escapa à lógica da propriedade:

> Julim saiu feliz para avisar o pai:
> 'encontrei um novo campo de arroz'.
> Enquanto corria, ouvia o chacoalhar
> das folhas e o vento dizer: 'Menino,
> menino, voando pelo caminho você
> mais parece um chupim' (Vieira Junior, 2024, p. 28).

A associação entre o menino e o pássaro, longe de operar como desqualificação, inscreve o personagem em uma relação de continuidade ecológica com o território. Essa relação se explicita quando Julim compreende que o campo encontrado não resulta da ação humana, mas de uma rede mais ampla de interações:

> É quando o menino encantado
> encontra alguns poucos chupins
> cruzando o espaço e vê num
> descampado uma chuva de grãos de
> arroz que os passarinhos deixam cair.
>
> Naquela terra sem cerca e sem dono,
> o arroz crescia livre e abundante.
> Aquele campo não foi plantado pelas
> pessoas, foi trabalho da natureza:
> da terra, da chuva, do sol e dos chupins (Vieira Junior, 2024, p. 26).

A imagem do campo que não resulta exclusivamente da ação humana, uma "terra sem cerca e sem dono", na qual o arroz cresce pela ação conjunta da terra, da chuva, do sol e dos chupins, não apenas configura uma paisagem alternativa, mas desestabiliza a própria racionalidade que sustenta o cercamento e a propriedade. Ao apresentar um espaço em que a produção da vida não depende do controle humano, a narrativa coloca em xeque o princípio segundo o qual a terra só adquire valor quando apropriada e explorada.

Nesse sentido, o campo encontrado por Julim não funciona apenas como contraponto, mas como problema para o regime de trabalho que organiza a vida de sua família. Se, de um lado, a terra aparece como espaço de abundância produzido por uma rede de interações entre diferentes seres, de outro, o cotidiano dos trabalhadores revela um sistema baseado na escassez, na dependência e na ne-

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

cessidade constante de deslocamento. A coexistência dessas duas formas de relação com o território não é pacífica: ela evidencia uma tensão estrutural entre um modo de vida que pressupõe pertencimento e outro que se funda na expropriação.

Essa tensão se amplia quando a narrativa desloca o foco para as condições de trabalho, especialmente no que diz respeito à participação das crianças, representadas, nas ilustrações, como crianças negras, evidenciando como a exploração do trabalho se articula à racialização dos corpos no espaço agrário:

> Enquanto o sol coloria o horizonte,
> homens mulheres e crianças se
> movimentavam para os campos
> de arroz.
>
> "É bom que tragam as crianças",
> dizia o chefe aos trabalhadores.
> "As crianças correm pelos campos
> e as pragas, assustadas, vão embora" (Vieira Junior, 2024, p. 10).

A presença das crianças no trabalho não é episódica, mas estrutural. Elas são convocadas como parte da força produtiva, desempenhando uma função específica no processo de cultivo. Essa inserção se apresenta de forma ainda mais complexa quando a narrativa explicita o mecanismo que a naturaliza:

> As crianças corriam pelo arrozal
> com caniços e galhos secos.
> Quem os visse rindo e gritando,
> diria que era mais uma brincadeira.
>
> Mas a aparência de diversão
> se desfazia quando o pai falava:
> 'Meninos, meninos, não deixem o chupim levar o arroz, meninos'.
>
> 'Então a prata é o chupim?
> Mas que mal faz um
> passarinho?", pensou Julim.
>
> Ele balançava o seu galho bem
> devagarinho para não os assustar (Vieira Junior, 2024, p. 12).

A ambiguidade entre brincadeira e trabalho não suaviza a violência da situação, ao contrário,

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

a revela. O que se apresenta como jogo encobre uma atividade produtiva necessária. Trata-se de um regime que incorpora precocemente crianças, aqui, crianças negras, à lógica do trabalho, diluindo os limites entre infância e exploração. Essa dinâmica se confirma desde o início da narrativa, quando o chamado para o trabalho organiza o tempo cotidiano:

> Os sons viravam ruídos de bichos
> e de natureza, rumor de vento
> e cheiro de chuva.
>
> 'Menino, menino', escutava outra
> vez. Então Julim se levantou da rede.
>
> Uma chama de luz do candeeiro
> iluminava o breu antes dos pássaros
> se levantarem em alvoroço, antes do
> galo anunciar que o dia ia raiar (Vieira Junior, 2024, p. 8)

A inserção das crianças no ritmo do trabalho, acordando antes do amanhecer e acompanhando os adultos para o campo, evidencia a naturalização dessa prática. No entanto, é a partir desse mesmo corpo infantil, inserido na lógica produtiva, que emerge uma possibilidade de deslocamento. Ao contrário da leitura adulta, que identifica o chupim como prejuízo, Julim formula uma pergunta que reconfigura o problema:

> O menino tinha aprendido a amar
> os passarinhos. Com tanto arroz
> nos campos. Alguns grãos não
> fariam falta. Afinal, eles eram
> tão pequeninos...
>
> "Se os chupins não comerem arroz,
> o que vão comer?"
>
> Ele até podia escutá-los dizendo:
> "Que gostoso é comer o arroz no pé
> antes dele viajar para as cidades" (Vieira Junior, 2024, p. 14).

Esse deslocamento torna visível que a presença dos chupins não se reduz à ideia de prejuízo, mas se inscreve em outra cosmologia, fundada não na exploração, mas na coexistência com o território. Como discutido na seção anterior, a noção de "cosmofobia", formulada por Antônio Bispo dos Santos (2023), permite apreender a dificuldade do pensamento ocidental em reconhecer os chupins como parte legítima desse território, dificuldade que a criança, em sua experiência sensível, não reproduz. A narrativa explicita, ainda, a lógica de precarização que estrutura a vida dos trabalhadores,

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

aproximando-os simbolicamente dos próprios pássaros:

> Os trabalhadores plantavam,
> colhiam, suavam, ficavam cansados.
> Deixavam seus anos na terra.
>
> Sempre que a colheita acabava,
> os chupins iam embora para
> passarinhar outros campos,
> "e comer o trabalho de alguém".
> Sem mais arroz para colher,
> as famílias também partiam em
> retirada. Iam para outras roças
> em busca de trabalho e morada (Vieira Junior, 2024, p. 22).

A mobilidade forçada dos trabalhadores evidencia sua condição de dependência e descartabilidade. Essa condição se torna ainda mais evidente na nomeação que os aproxima dos chupins:

> Quem visse trabalhadores e crianças
> andando pela estrada, veria gente
> grande pensando no amanhã e gente
> pequena correndo com seus galhos
> sem se preocupar com o depois.
>
> Quem os visse pela estrada imaginaria
> serem todos uma gente-chupim.
>
> Mas agora o pai se preocupava.
> Era o último dia de colheita e já
> estava na hora de encontrar outra
> roça para trabalhar. Como iria
> alimentar a família?" (Vieira Junior, 2024, p. 26).

Nesse contexto, a expressão "gente-chupim" opera como mecanismo de desqualificação simbólica, aproximando trabalhadores e pássaros sob a lógica do excesso e da indesejabilidade. A descoberta do campo por Julim, no entanto, reconfigura esse quadro:

> Julim saiu feliz para avisar o pai:
> "encontrei um novo campo de arroz".
> Enquanto corria, ouvia o chacoalhar
> das folhas e o vento dizer: "Menino,
> menino, voando pelo caminho você
> mais parece um chupim" (Vieira Junior, 2024, p. 28).

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

Nesse ponto da narrativa, ao ser associado ao chupim, o menino não é desqualificado, mas reinscrito em uma relação de continuidade com o ambiente. A associação entre Julim e o pássaro não produz inferiorização, mas desloca o regime de sentido que sustenta a própria categoria "chupim". Ao invés de marcar o excesso descartável, ela passa a indicar pertencimento a uma rede de vida que inclui terra, plantas, animais e clima.

Esse deslocamento não elimina a violência da lógica produtivista, mas introduz uma fissura em seu funcionamento. Ao reconfigurar o sentido do termo "chupim", a narrativa tensiona o regime discursivo que associa determinados corpos, negros, infantis e trabalhadores, à condição de excesso e descartabilidade. A experiência de Julim evidencia, assim, que a linguagem não apenas reproduz a ordem social, mas pode também desorganizá-la, abrindo espaço para outras formas de compreender a relação entre corpo, território e vida.

Corpo-território: ontologia do pertencimento quilombola

As capas de *Torto Arado* (2019) e *Chupim* (2024), de Itamar Vieira Junior, não operam como mero ornamento editorial, mas como um dispositivo ativo de leitura. Desde esse limiar, instauram uma ordem de inteligibilidade na qual terra, corpo e pertencimento se tornam indissociáveis. Ao antecipar, em chave iconográfica, o gesto estético-político das narrativas, recusam a redução da terra a cenário ou a recurso inerte. Em ambas as obras, corpos negros em relação direta com o espaço rural, mulheres que empunham espadas-de-são-jorge, crianças que brandem varas, produzem um deslocamento decisivo: a terra deixa de funcionar como fundo e se afirma como eixo da existência, matriz de memória e campo de luta.

Em Torto Arado, a imagem das irmãs Bibiana e Belonísia, de mãos dadas e portando espadas-de-são-jorge, condensa visualmente uma ética de resistência que articula território, ancestralidade e proteção. Essa dimensão simbólica encontra correspondência direta no romance, quando se afirma que "A terra estava dentro de nós. E nós estávamos dentro da terra. Não havia como separar" (Vieira Junior, 2019, p. 95). A formulação é decisiva: não há exterioridade entre sujeito e território. Essa perspectiva se intensifica na fala de Salu (Salustiana), uma das mulheres mais velhas da comunidade, ao ser confrontada por Estela e por um pastor que tentavam impor uma nova fé e, com ela, uma nova ordem de dominação:

> Olha, dona", interrompeu Salu antes que a mulher continuasse sua pregação, "eu não tenho muita letra nem estudo, mas quero que a senhora entenda uma coisa. Eu não sou a única a morar nesta terra. Muitos destes moradores que vocês querem mandar embora chegaram muito antes de vocês. Vocês não eram nem nascidos. Muitos nasceram aqui. [...] Fui parida,

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

> mas também pari esta terra. Sabe o que é parir? A senhora teve filhos. Mas sabe o que é parir? Alimentar e tirar uma vida de dentro de você? [...] Não sei se a senhora sabe, mas eu peguei em minhas mãos a maioria desses meninos, homens e mulheres que a senhora vê por aí. Sou mãe de pegação deles. Assim como apanhei cada um com minhas mãos, eu pari esta terra. Deixa ver se a senhora entendeu: esta terra mora em mim", bateu com força em seu peito, "brotou em mim e enraizou". "Aqui", bateu novamente no peito, "é a morada da terra. Mora aqui em meu peito porque dela se fez minha vida, com meu povo todinho. No meu peito mora Água Negra, não no documento da fazenda da senhora e seu marido. Vocês podem até me arrancar dela como uma erva ruim, mas vocês nunca irão arrancar a terra de mim (Vieira Junior, 2019, p. 204).

A fala de Salu não descreve apenas um vínculo com a terra; ela formula uma ontologia na qual o pertencimento não se funda em títulos de propriedade, mas na incorporação da terra como parte indissociável do próprio ser. Salu não apenas vive na terra; ela a pariu, carrega-a no peito, tornou-se indistinguível dela. A violência da expropriação pode arrancar o corpo do lugar, mas não pode extrair o lugar do corpo.

Essa concepção aproxima-se diretamente do que Abdias do Nascimento define como quilombismo, entendido não como evento isolado, mas como uma prática histórica contínua de organização da vida negra. Para o autor, o quilombo constitui uma reunião fraterna e livre, fundada na solidariedade, na convivência e na comunhão existencial. Nas suas palavras: "Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial [...] Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo" (Nascimento, 1980, p. 263-264).

A comunidade de Água Negra, em Torto Arado, apresenta precisamente essa lógica: uma territorialidade fundada não na propriedade privada, mas na relação de uso, cuidado e continuidade histórica.

No entanto, essa forma de vida se constitui sob permanente ameaça. O romance explicita que esse pertencimento é atravessado por processos contínuos de expropriação: "Àquela altura, a terra da Fazenda Caxangá [...] estava retalhada. Cada homem com desejo de poder havia avançado sobre um pedaço e os moradores antigos foram sendo expulsos [...] Diziam que haviam comprado pedaços da Caxangá" (Vieira Junior, 2019, p. 18). A permanência no território não se apresenta como direito, mas como concessão condicionada: "Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do império [...] Quem chegasse era forasteiro [...] poderia ocupar [...] mas deveria obediência e gratidão aos senhores" (Vieira Junior, 2019, p. 162-163). Os trabalhadores podiam permanecer "sossegados [...] bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas" (Vieira Junior, 2019, p. 35).

Assim, a narrativa evidencia, com nitidez, o choque entre duas lógicas inconciliáveis: de um lado, a racionalidade quilombista da partilha e do pertencimento; de outro, a lógica colonial da exploração, da hierarquia e do controle.

Essa estrutura de dominação se perpetua sob novas formas, como explicita o próprio romance ao

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

afirmar que "os donos já não podiam ter mais escravos [...] passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores" (Vieira Junior, 2019, p. 180). A mudança terminológica não altera a base do sistema: a exploração do trabalho permanece, agora legitimada por um regime que simula liberdade enquanto mantém a dependência. Trata-se, precisamente, daquilo que Abdias do Nascimento identifica como a reatualização histórica do quilombismo: uma resposta contínua às formas mutáveis de opressão (Nascimento, 1980, p. 256).

Nesse contexto, a exploração incide de maneira particularmente intensa sobre as mulheres. Em Torto Arado, o corpo feminino é inscrito como espaço de reprodução da força de trabalho: "éramos preparadas desde cedo para gerar novos trabalhadores para os senhores" (Vieira Junior, 2019, p. 113). Essa condição se materializa também no desgaste físico: "todas nós [...] éramos um tanto maltratadas [...] pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo" (Vieira Junior, 2019, p. 104). As mulheres concentram, assim, as dimensões mais profundas da exploração, produtiva, reprodutiva e corporal, ao mesmo tempo em que sustentam a continuidade da vida comunitária.

Paradoxalmente, é também no âmbito feminino que se elaboram formas de resistência e recomposição do laço coletivo. A relação entre Bibiana e Belonísia explicita uma lógica de interdependência importante: "Foi assim que me tornei parte de Belonísia, da mesma forma que ela se tornou parte de mim" (Vieira Junior, 2019, p. 20). Essa fusão simbólica desestabiliza a noção de sujeito autônomo e aproxima-se de uma concepção relacional da existência, que também estrutura a organização quilombola descrita por Abdias do Nascimento.

A condição dos trabalhadores quilombolas, por sua vez, é marcada por exploração sistemática. Vivem "como gado, trabalhando sem ter nada em troca" (Vieira Junior, 2019, p. 111), enquanto sua produção é constantemente apropriada: "levam batatas, levam feijão e abóbora" (Vieira Junior, 2019, p. 38). Essa precariedade atinge de forma brutal as crianças, cuja vulnerabilidade é explicitada quando "paravam de crescer [...] muitas não resistiam" (Vieira Junior, 2019, p. 60). Desse modo, aquilo que em Chupim se apresenta como inserção precoce no trabalho, em Torto Arado se desdobra como continuidade da exploração ao longo da vida.

É nesse quadro que a presença dos chupins em Torto Arado adquire densidade simbólica. Assim como em Chupim, são associados à ideia de invasão; no entanto, o romance revela que essa acusação é uma construção ideológica. Os trabalhadores são tolerados apenas sob condição de submissão, devendo "obediência e gratidão aos senhores" (Vieira Junior, 2019, p. 162-163), e passam a ser tratados como "intrusos na propriedade alheia" (Vieira Junior, 2019, p. 186). A analogia entre chupins e quilombolas evidencia o mecanismo discursivo que legitima a violência: nomear o outro como invasor para encobrir a própria expropriação.

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

Em contraposição a esse discurso, emerge uma consciência política do pertencimento, expressa na reivindicação coletiva. A fala de Severo sintetiza esse movimento: "Temos direito à terra [...] queremos ser donos de nosso próprio trabalho [...] queremos cuidar da terra onde nascemos" (Vieira Junior, 2019, p. 166). Essa formulação não se reduz a uma demanda econômica, mas afirma uma ontologia e uma história. E a mobilização coletiva reforça essa dimensão: "Se não nos uníssemos [...] acabaríamos sendo expulsos [...] já haviam percebido que se não fizéssemos barulho para garantir nossa permanência [...] não teríamos para onde ir" (Vieira Junior, 2019, p. 175-176).

Nesse momento, podemos compreender que o quilombismo deixa de ser apenas referência histórica e se atualiza como prática de resistência, confirmando a afirmação de Abdias do Nascimento de que "o quilombismo está em constante reatualização" (Nascimento, 1980, p. 256). E acrescenta o autor: "o movimento quilombista está longe de haver esgotado seu papel histórico. Está tão vivo hoje quanto no passado, pois a situação das camadas negras continua a mesma, com pequenas alterações de superfície" (Nascimento, 1980, p. 258).

Dessa forma, a leitura articulada de Torto Arado e Chupim permite compreender um mesmo sistema de violência em diferentes estágios: da infância explorada à vida adulta expropriada. Chupim inscreve a infância negra no interior de uma lógica de exploração; Torto Arado amplia e historiciza esteticamente essa experiência, revelando sua persistência e complexificação, sobretudo a partir das mulheres quilombolas. Em ambas, contudo, a terra não se configura como propriedade, mas como corpo, memória e condição de existência coletiva, espaço onde se disputa, simultaneamente, a vida e a história.

No entanto, é em Torto Arado que essa lógica se adensa, ao evidenciar que, mesmo sob condições extremas de exploração, persistem formas de existência que recusam a ruptura entre corpo, terra e comunidade, formas que não apenas resistem, mas reconfiguram o próprio sentido de habitar o mundo.

Conclusão

A leitura articulada de Torto Arado (2019) e Chupim (2024), de Itamar Vieira Junior, evidencia que ambas as obras não apenas representam a experiência de trabalhadores quilombolas, mas interrogam os modos pelos quais essa experiência é nomeada, percebida e legitimada. Ao expor a lógica que transforma sujeitos em "gente-chupim", isto é, em corpos excedentes e descartáveis, as narrativas desestabilizam uma linguagem que historicamente sustenta a expropriação ao inverter seus termos: aqueles que cuidam da terra são nomeados como invasores, enquanto a apropriação violenta se apresenta como ordem legítima.

Nesse movimento, Chupim introduz um deslocamento decisivo ao fazer da infância não um tema,

Revista de Literatura Negra
Gongolo

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

mas um operador de leitura. O olhar de Julim não suaviza a violência do mundo adulto; ele a desorganiza, ao recusar a equivalência entre valor, produtividade e pertencimento. Ao reconhecer os chupins como parte de uma rede de coexistência, o menino suspende a lógica que reduz a terra a recurso e reabre a possibilidade de percebê-la como espaço de relação. Esse gesto, embora situado na experiência infantil, projeta uma crítica que atravessa as duas obras, ao evidenciar que a violência não se limita às condições materiais de exploração, mas se inscreve também nas formas de ver e nomear o mundo.

É nesse ponto que a metáfora da mobilidade adquire centralidade. Em Chupim, a narrativa constrói um paralelo de grande densidade simbólica ao aproximar o voo dos pássaros do deslocamento dos trabalhadores: "Sempre que a colheita acabava, os chupins iam embora para passarinhar outros campos", assim como "as famílias também partiam em retirada" (Vieira Junior, 2024, p. 22). O voo e a caminhada, nesse espelhamento, deixam de ser movimentos naturais ou voluntários e passam a revelar uma mesma estrutura de expulsão. Ambos são efeitos de uma lógica que transforma a terra em mercadoria e reduz corpos a força de trabalho descartável. Ao aproximar pássaros e trabalhadores, a narrativa não reforça a acusação de parasitismo; ao contrário, a desmonta, ao evidenciar que aquilo que se nomeia como mobilidade é, na verdade, deslocamento forçado.

Essa mesma estrutura encontra, em Torto Arado, sua dimensão histórica e coletiva. A permanência no território, longe de ser garantida, é continuamente atravessada por processos de expropriação que se renovam sob diferentes formas. No entanto, é também nesse contexto que emerge uma ontologia do pertencimento, na qual corpo e terra não se separam, como explicita a fala de Salu. Em diálogo com Abdias do Nascimento (1980), Ailton Krenak (2019) e Antônio Bispo dos Santos (2023), essa concepção evidencia formas de existência que não se organizam pela propriedade, mas pela relação, pela memória e pela continuidade da vida.

Assim, mais do que narrar a exploração, as obras analisadas tensionam os próprios fundamentos que a tornam possível. Ao deslocar o sentido de categorias como trabalho, pertencimento e invasão, e ao reinscrever a terra como dimensão constitutiva da existência coletiva, *Torto Arado* e *Chupim* não apenas denunciam um sistema de violência, mas expõem seus mecanismos de legitimação. Nesse processo, revelam que disputar a terra implica também disputar as formas de narrar, percebê-la, nomeá-la, ou seja, disputar os próprios modos de tornar o mundo inteligível.

REFERÊNCIAS

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

V.1, N.1, 2026
ISSN 3086-8173
https://doi.org/10.22481/relin.v1i1.19327
Dossiê – Literatura negra: perspectivas e diálogos contemporâneos
Data de publicação: 27 de setembro

NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileira. In: *O quilombismo: documentos de uma militância panafricanista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Chupim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019.